



SENADO FEDERAL
Senadora Mara Gabrilli

RELATÓRIO Nº , DE 2022



SF/22248.87268-27

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 65, de 2022, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 41 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora PAULA ALVES DE SOUZA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.*

Relatora: Senadora MARA GABRILLI

Esta Casa do Congresso Nacional é chamada a deliberar sobre a indicação que o Presidente da República faz da Senhora PAULA ALVES DE SOUZA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegada Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO).

A Constituição atribui competência privativa ao Senado Federal para examinar previamente e por voto secreto a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente (artigo 52, inciso IV).

Observando o preceito regimental para a sabatina, o Ministério das Relações Exteriores elaborou o currículo da diplomata.

A senhora PAULA ALVES DE SOUZA é filha de Carlos Eduardo de Affonseca Alves de Souza e de Beatriz do Amaral Alves de Souza. Nasceu em 22 de julho de 1963, em Buenos Aires, Argentina (brasileira, de acordo com o artigo 129, inciso II, da Constituição de 1946).

No ano de 1989, concluiu o curso de Ciência Política pelo *Richmond College*, em Londres, Reino Unido. E, em 1991, o Mestrado em Relações Internacionais pela *London School of Economics and Political Science*, também em Londres.

Em 1993, frequentou o Curso de Preparação à Carreira Diplomática. Em 2002, concluiu Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas e, em 2012, o Curso de Altos Estudos, no qual defendeu a tese “A Internacionalização do Cinema Nacional: o Papel do Itamaraty”.

Iniciou sua carreira, no ano de 1994, como Terceira-Secretária, tornando-se, em 1999, Segunda-Secretária; e em 2003, Primeira-Secretária. Por merecimento, em 2008, chegou a Conselheira; e, em 2013, a Ministra de Segunda Classe. Passou a Ministra de Primeira Classe em 2021.

Entre as funções desempenhadas pela diplomata indicada, no Brasil e no exterior, podemos mencionar: Segunda-Secretária e Primeira-Secretária na Embaixada em Buenos Aires (2002-05); Primeira-Secretária na Embaixada em Pequim (2005-07); Chefe da Divisão de Promoção do Audiovisual (2008-14); Chefe da Divisão de Pagamentos (2014-15); Diretora do Departamento do Serviço Exterior (2015-16); Diretora do Departamento Cultural (2016-22); e, desde este ano, Diretora do Instituto Guimarães Rosa. Em 2000, foi condecorada com a Medalha Mérito Tamandaré, Brasil.

Em atendimento às normas do Regimento Interno do Senado Federal, a mensagem presidencial veio, ainda, acompanhada de documento informativo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre a Unesco, organização que hoje conta com 193 estados membros e 10 membros associados.

Com a missão de combater a intolerância, a discriminação e o preconceito, e de promover um novo humanismo para forjar uma cultura de



paz lastreada na cooperação internacional nas áreas de educação, cultura e ciências, a Unesco surgiu em 1945 no pós-Segunda Guerra Mundial. A esse mandato original e com o fim de se adequar aos desafios contemporâneos, foram agregados temas relativos à comunicação e informação.

O Brasil é membro fundador da Unesco. Sua participação ativa tem garantido eleições contínuas de brasileiros para o Conselho Executivo da Organização e se reflete em visitas de alto nível à Unesco. Cumpre, ainda, ressaltar que a 41ª Conferência Geral é presidida pelo Brasil.

Junto à Organização, o Brasil busca defender os interesses da sociedade brasileira nos setores da educação, como a erradicação do analfabetismo, a promoção do ensino técnico profissionalizante, a maior inclusão e melhoria da qualidade do ensino, o treinamento de professores e o aprendizado ao longo da vida. Também interesses nos setores das ciências naturais, das ciências sociais e a preservação de nosso patrimônio cultural e natural são objeto da atuação brasileira.

O trabalho do Patrimônio Mundial no Brasil tem ensejado contribuições com os governos das esferas federal, estaduais e municipais, assim como da sociedade civil. Hoje, o Brasil possui 22 bens inscritos na lista do Patrimônio Mundial, pelo seu valor excepcional e universal para a cultura da humanidade. Desses 22 sítios, 14 são culturais, um é misto (Paraty) e sete são naturais. O primeiro a ser declarado foi a Cidade Histórica de Ouro Preto, em Minas Gerais, em 1980. Há, porém, outros marcos, como o Plano Piloto de Brasília (1987), o Parque Nacional Serra da Capivara, no Piauí (1991) e, mais recentemente, locais como o Sítio Arqueológico Cais do Valongo (2017) e o Sítio Roberto Burle Marx (2019), ambos no Rio de Janeiro.

Entre os elementos do Brasil inscritos nas Listas do Patrimônio Cultural Imaterial da Unesco, o primeiro a ser declarado foi o referente às expressões orais e gráficas dos Wajapis, população indígena do norte da Amazônia (2008). Ressalto, também, o Frevo do carnaval de Recife (2012) e o Círio de Nazaré em Belém do Pará (2013). O mais recente patrimônio cultural imaterial da organização é o Complexo Cultural do Bumba Meu Boi do Maranhão, declarado em 2019.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.



Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

